

Superior Tribunal de Justiça

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.286 - DF (2019/0192147-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
IMPETRANTE : **ELY REIS COSTA DA SILVA**
ADVOGADOS : **JOSÉ PETAN TOLEDO PIZZA - TO002553**
 ILDEVAN PIETRO GOMES LUZARDO PIZZA - MT0196790
 KAMILLA EVELYN GERVASIO RIBEIRO - MT0255330
IMPETRADO : **MINISTRO DA AGRICULTURA PECUARIA E**
 ABASTECIMENTO
INTERES. : **UNIÃO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 4/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. PEDIDO DE REVISÃO DE SANÇÕES APLICADAS EM SEDE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. REITERAÇÃO DE PEDIDO JÁ INGRESSADO NA VIA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado por ELY REIS COSTA DA SILVA em face de ato praticado pela Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento consubstanciado no despacho de 1º de março de 2019, que, nos autos do processo n. 54311.000115/2002-90, indeferiu o pedido de revisão das sanções aplicadas sob os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 23):

Termo de Julgamento Referência: Processo 54311.000115/2002-90 Interessados:Gabinete da Ministra Ely Reis Costa Da Silva Assunto:Pedido de Reconsideração Considerando o que consta dos autos epigrafados, notadamente à vista da manifestação contida no PARECER n. 00054/2019/CONJUR-MAPA/CGU/AGU, datado de 31.01.2019, aposta no documento SEI nº (6591351), DESPACHO n. 00294/2019/CONJUR-MAPA/CGU/AGU datado de 18.02.2019, apostado no documento SEI nº (6591351), do processo em referência, os quais acolho e agrego integralmente à esta decisão, para dela ser parte integrante, à guisa de fundamentação, independentemente de sua transcrição, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como, fundado nas disposições da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, RESOLVO:

a) não conhecer do pedido de revisão, ante a ocorrência dos fenômenos da preclusão e da prescrição, mantendo in totum a decisão proferida no dia 28.05.2004, aposta no documento SEI nº 6590446, fls. 45/49, nos autos do processo nº 54311.000115/2002-90, nos seus exatos termos, haja vista que, como demonstrado no Parecer supramencionado, as alegações do pedido revisional já foram, em ocasiões pretéritas, devidamente apreciadas, bem como o pleito formulado pelo Requerente já foi alcançado pelo instituto da prescrição, ante o decurso do lapso temporal; e b) determinar à Corregedoria-Geral deste Ministério que, depois da publicação desta decisão no Diário Oficial da União, proceda:

b.1) a notificação do Recorrente e seus procuradores - preferencialmente

Superior Tribunal de Justiça

por meio postal com Aviso de Recebimento, ou outro meio que assegure a certeza da ciência, para atender plenamente a imposição do artigo 28 da Lei nº 9.784/99;

b.2) o lançamento da presente decisão no Sistema CGU-PAD, consignando todos os dados e documentos pertinentes da demanda, a fim de dar ciência à Unidade Setorial da CGU quanto ao deslinde da demanda.

Nas razões do *mandamus*, aduz a parte ora Impetrante que o PAD n.54311.000115/2002-90 com apenso processo 54311.000348/2001-10, "resultou com sua demissão dos quadros de servidores público federais do INCRA em 28.05.2004, do cargo de Assistente Administrativo, nível segundo grau, sendo certo que sua admissão se deu em 05.07.1982, e estampado sua demissão no DOU Seção 2, Portaria Ministerial nº 039 de 28 de maio de 2004".

No entanto, considera que o pedido de revisão das sanções deve ser analisado no mérito pela autoridade coatora, aos argumentos de que "foi submetido a Ação Penal de Autoria do Ministério Público Federal de Porto Velho – RO, Processo Crime nº TRF1 2008.41.00.000958-4, da 3ª Vara da Seção Judiciária Federal de Rondônia – RO, qualificado na peça acusatória, dando-o como incurso nas sanções da Lei 4.947/66, art. 20 § primeiro e do Código Penal artigos 312 e 317, combinado com artigo 29 e 71, o pedido foi julgado improcedente e o Impetrante foi ABSOLVIDO, com base ao art. 386, inciso III do Código Penal, com sentença transitada em julgado em 14.01.2011 (anexa). ABSOLVIDO também na Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil, Processo TRF1 Nº 2009.41.00005562-6 de Autoria do Ministério Público Federal de Porto Velho – RO, com o transitado e julgado na data de 27/09/2012 (cópia anexa)" (e-STJ fl. 7).

Pede a concessão de liminar a fim de que haja a suspensão dos efeitos do ato apontado como coator. No mérito, pede seja julgado "procedente o pedido de revisão do processo administrativo disciplinar, nº 54311.000115/2002-90, apenso 54311.000348/2001- 10, tornando sem efeito em definitivo a decisão que indeferiu o prosseguimento do pedido exarada pela Impetrada Ministra Tereza Cristina Corra da Costa Dias, datado de 01 de março de 2019, publicado em 06.03.2019" (e-STJ fl. 13).

O pedido liminar foi indeferido pela Exma. Ministra Vice-Presidente do STJ, conforme decisão de e-STJ fls. 218/219.

O parecer do Ministério Público Federal foi juntado às e-STJ fls. 222/230.

É o relatório. Decido.

Incide o Enunciado administrativo n. 4/STJ: Nos feitos de competência civil originária e recursal do STJ, os atos processuais que vierem a ser praticados por julgadores, partes, Ministério Público, procuradores, serventuários e auxiliares da Justiça a partir de 18 de março de 2016, deverão observar os novos procedimentos trazidos pelo CPC/2015, sem prejuízo do disposto em legislação processual especial.

O presente mandado de segurança não merece prosperar.

Quanto ao pedido de revisão previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n. 8112/90), é preciso levar em conta que a orientação jurisprudencial deste Sodalício exige que as circunstâncias hábeis a justificar a inocência ou a aplicação de penalidade menos severa precisam não haver sido apreciados no processo originário.

Senão vejamos:

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PAD. FATO APURADO: UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE ARMA QUE LHE FORA

Superior Tribunal de Justiça

ACAUTELADA PARA O SERVIÇO POLICIAL. PENA APLICADA: SUSPENSÃO PELO PERÍODO DE 8 DIAS DO CARGO DE POLICIAL FEDERAL. PRETENSÃO DE REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO PARA A APLICAÇÃO DA PENALIDADE.

INOCORRÊNCIA DE FATO NOVO. ORDEM DENEGADA, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

1. O impetrante pretende obter a revisão do Processo Administrativo Disciplinar, defendendo a ocorrência de fato novo capaz de extinguir a punibilidade, qual seja, consumação do prazo prescricional para a aplicação da pena de suspensão.

2. Meras alegações de que existe fato novo não têm o condão de abrir a via da revisão do processo disciplinar, sendo indispensável a comprovação da existência de fatos novos, desconhecidos ao tempo do PAD, ou de circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada (MS 17.666/DF, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 16.12.2014).

3. Com efeito, a alegação de prescrição não é suficiente para abrir a via da revisão do Processo Administrativo Disciplinar, pois esta deve estar pautada na comprovação de fatos novos, desconhecidos ao tempo do PAD, o que não ocorreu no caso em comento.

4. Ante o exposto, denega-se a segurança, em conformidade com o parecer do MPF.

(MS 21.065/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2018, DJe 22/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. CONDUTAS DESCRITAS NO ARTIGO 117, IX E XI, DA LEI 8.112/90. INTERMEDIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. VIOLAÇÃO À DIGNIDADE DA FUNÇÃO PÚBLICA. PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO E DE RECONSIDERAÇÃO. LIMITES. FATO NOVO. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. INVIABILIDADE DE EXTENSÃO DE EQUÍVOCO SOB A INVOCAÇÃO DE ISONOMIA. CIRCUNSTÂNCIAS SUSCETÍVEIS DE JUSTIFICAR A INOCÊNCIA. INADEQUAÇÃO DA PENALIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JÁ APRECIADAS NO PAD ORIGINÁRIO E EM DECISÃO JURISDICIONAL TRANSITADA EM JULGADO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Mandado de segurança contra ato do Ministro de Estado da Previdência Social, que em sede de pedido de reconsideração em pedido de revisão, ratificou o ato de cassação da aposentadoria da impetrante.

2. A impetrante sustenta violação a seu direito líquido e certo por: a. ocorrência de "fato novo" consistente na revisão do "caso do Deputado Federal Cleber Cordeiro Mendes" deveria conduzir, por isonomia, também à revisão de seu caso; b. haver circunstâncias suscetíveis de justificar sua inocência; c. ser inadequada a penalidade aplicada.

3. Ausência de prova pré-constituída a respeito do PAD a que respondeu o servidor Cleber Cordeiro Mendes. Inviabilidade de dilação probatória e, portanto, de tutela em sede de mandado de segurança. Inexigibilidade,

Superior Tribunal de Justiça

ademais, de extensão à impetrante de eventual equívoco em que tenha incidido a Administração Pública no exame do caso cotejado.

4. Para o fim de se abrir a possibilidade de revisão, circunstâncias hábeis a justificar a inocência ou a aplicação de penalidade menos severa precisam não haver sido apreciados no processo originário.

Arts. 174 e 176 da Lei 8.112/90. Precedentes.

5. Caso em que, além de tais circunstâncias haverem sido apreciadas no processo administrativo disciplinar originário, já foram objeto de apreciação jurisdicional no MS 15517, cujo acórdão de improcedência transitou em julgado.

6. Segurança denegada.

(MS 21.143/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/03/2017, DJe 19/04/2017)

No caso em concreto, tenho que as alegações deduzidas nas razões do mandado de segurança não merecem prosperar.

Conforme demonstrado pela União em suas informações juntadas às e-STJ fls. 175/217, o pedido de revisão já foi apresentado e não acolhido em ocasiões pretéritas. Assim, caberia ao Impetrante ter ingressado com mandado de segurança em face da primeira decisão que negou a pretensão de que as sanções fossem revistas.

Senão vejamos o que afirmou a autoridade coatora em suas informações prestadas:

53. No Pedido de revisão apresentado pelo ex-servidor e que fora autuado sob o n.

55000.001905/2011-50, foi trazido ao lume informação que, reputada como fato novo, lastreou o pedido de revisão, a saber, a sentença proferida nos autos do Processo Crime nº 2008.41.00.000958-4, da 3ª Vara da Seção Judiciária Federal de Rondônia - RO, que absolveu o ex-servidor quanto aos mesmos fatos que ensejaram a anterior persecução disciplinar que culminou com o seu desligamento do serviço público.

54. Por sua vez, após a tramitação do pedido, foi exarado o PARECER Nº 486/2012/CGPCLC/CONJUR-MDA/AGU, devidamente aprovado pelo Despacho n. 4181/2013/GAB/CONJUR- MDA/CGU/AGU da lavra do Consultor Jurídico junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, (Outros 2 da Seq. 1 do Sapiens do Processo 55000.001905/2011-50) que salientou:

PARECER Nº 486/2012/CGPCLC/CONJUR-MDA/AGU
PROCESSO Nº 55000.001905/2011-50

INTERESSADO: ELY REIS COSTA DA SILVA

ASSUNTO: Pedido de revisão do processo administrativo disciplinar nº 54311.000115/2002- 90, iniciado pela PORTARIA/MDA/Nº 38, de 28/05/2004, publicada no DOU de 31/05/2004.

I- Juízo de admissibilidade de pedido de revisão de Processo Administrativo Disciplinar que culminou com a demissão por justa causa de ex-servidor do INCRA.

II- Fato novo consistente na superveniente sentença penal transitada em julgado, em que se absolveu o requerente em razão de o fato não constituir ilícito penal, com base no art. 386, III, do CPP.

III- Hipótese distinta daquela prevista no art. 126 da Lei nº 8.112/90, em que se prevê o afastamento da responsabilidade

administrativa do servidor apenas quando a absolvição na seara penal tiver como fundamento a prova da inexistência do fato ou da autoria.

IV- Situação invocada pelo requerente que não produz efeito na instância administrativa.

V- Impossibilidade do processamento do pedido revisional, que demanda a sua denegação.

(...)

12. Dessa forma, de acordo com o princípio da independência das instâncias, as searas civil, penal e administrativa não produzem efeitos uma sobre as outras ou constitui obstáculo para a instauração da outra.

13. Tal postulado, todavia, encontra mitigação no art. 126 da Lei nº 8.112/90, em que se afasta a responsabilidade do servidor público federal quando da existência de sentença penal absolutória proferida em seu favor, reconhecendo a inexistência do fato ou de sua autoria.

[...]

14. Destarte, encontrando-se provado na esfera penal, por sentença transitada em julgado, que o fato sob apreciação na seara penal não ocorreu e, ainda, sendo esse fato o mesmo objeto de apuração do campo do direito administrativo, a decisão prolatada no processo penal repercute sobre o processo administrativo para impedir decisão administrativa que contrarie aquela proferida no campo do Direito Penal, ou para retirar do mundo jurídico a decisão já prolatada no processo administrativo em desfavor do interessado.

15. Por outro lado, caso seja reconhecida a existência do fato na esfera penal, mas nessa mesma esfera se conclua que o réu não foi quem o praticou, essa decisão também repercute no campo administrativo. Nesse caso, não pode o administrador público proferir decisão contrária no processo administrativo. Caso já tenha sido proferida decisão administrativa desfavorável ao servidor, essa decisão deve ser extirpada do mundo jurídico, deixando, assim, de produzir seus efeitos.

16. Dessa forma, somente em se tratando de sentença absolutória por prova de inexistência do fato ou no sentido de que o réu não foi o seu autor é que se afasta a responsabilidade administrativa. Essas duas hipóteses de absolvição se encontram previstas nos incisos I e IV do art. 386 do Código de Processo Penal — CPP, onde se lê:

[...]

26. Dessa forma, somente as sentenças absolutórias por inexistência do fato ou da autoria, hipóteses previstas nos incisos I e IV do art. 386 do CPP, é que podem ser consideradas como fato novo para fins de revisão de processo administrativo disciplinar. É que as demais, muito embora realmente sejam novas no tempo, não possuem o condão de mudar a decisão punitiva já proferida na seara administrativa.

27. No presente caso, constituiu fundamento para a absolvição do recorrente o reconhecimento judicial de que o fato não constitui ilícito penal, razão pela qual calçou-se o magistrado no inciso III do art. 386 do CPP, conforme se observa do seguinte excerto,

extraído da parte dispositiva da sentença absolutória:

3.2) No mérito, julgo improcedente a pretensão punitiva articulada na peça objurgatória de f. 03- 08 e ABSOLVO os acusados EUSTÁCIO ROBERTO SALOMÃO e ELY REIS COSTA DA SILVA, já qualificados, por não constituírem os fatos infrações penais, nos termos do Código Penal (sic), artigo 386, inciso III.

28. Registre-se o equívoco do magistrado ao citar o Código Penal, quando, na verdade, deveria ter citado Código de Processo Penal, tendo em vista que a causa que lhe levou à absolvição não se encontra no art. 386, inciso III do Código Penal, mas sim na mesma referência do Código de Processo Penal.

29. Como já visto, a absolvição penal alicerçada no inciso III do art. 386 do CPP não repercute na seara administrativa, pois, por ela, o juiz apenas reconheceu que os fatos expostos na denúncia não caracterizam ilícito penal. Essa decisão não pode repercutir na seara administrativa porque o mesmo fato pode encontrar previsão no Direito Administrativo como sendo infração funcional, como realmente aconteceu.

55. Verifica-se que desde a apresentação do citado pedido de revisão em comento, devidamente apreciado pelo PARECER Nº 486/2012/CGPCLC/CONJUR-MDA/AGU, não se tratava mais de uma questão inédita a temática da absolvição na esfera penal.

II.2.3.2. Do Pedido de Revisão n.º 55000.001905/2011-50

56. Quanto ao Procedimento n. 55000.001905/2011-50 relativo à demanda formulada pelo Impetrante formalizado no Pedido de Reconsideração de decisão proferida em Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 54311.000115/2002-90, reputava-se como fato novo a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2009.41.00.005562-6, da 22 Vara da Seção Judiciária Federal de Rondônia - RO, em que se julgou improcedente a pretensão do parquet, com base no art. 169, I, do CPC, calcada nos fatos que ensejaram a anterior persecução disciplinar que culminou com o seu desligamento do serviço público.

57. Em resumo, foram assim apreciados os argumentos aduzidos pelo Impetrante conforme PARECER Nº 145/2013/CGPCLC/CONJUR-MDA/AGU, devidamente aprovado pelo Despacho n. 105/2013/CGPCLC/CONJUR- MDA/CGU/AGU e pelo Despacho n. 2072/2013/GAB/CONJUR-MDA/CGU/AGU (Outros 3 da Seq. 1 do Sapiens do Processo 55000.001905/2011-50) da lavra do Consultor Jurídico junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, verbis:

(...) No que diz respeito ao pedido revisional, ressalte-se que o art. 125 da Lei nº 8.112/90 consagra a independência das instâncias civis, penais e administrativas, nos seguintes termos:

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

De acordo com o princípio da independência das instâncias, as searas civil, penal e administrativa não produzem efeitos uma sobre as outras ou constitui obstáculo para a instauração das outras.

Tal postulado, todavia, encontra mitigação no art. 126 da Lei nº 8.112/90, em que se afasta a responsabilidade do servidor público federal quando da existência de sentença penal absolutória

proferida em seu favor, reconhecendo a inexistência do fato ou de sua autoria. Confira-se o teor do aludido artigo:

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

No caso dos autos, ELY REIS COSTA DA SILVA não invoca como fato novo nenhuma sentença absolutória que negue à existência do fato ou sua autoria, mas sim decisão de improcedência de ação civil pública, calcada na inexistência de prova da autoria.

14: inexistente norma prevendo a repercussão dessa espécie de sentença na esfera administrativa. Por isso, ela não possui o condão de desconstituir decisão administrativa em que se aplicou pena de demissão a servidor público.

Ainda que se aplicassem as regras do art. 126 da Lei nº 8.112/90 à ação civil pública, não seria o caso de deferimento do pedido de processamento da ação revisional, tendo em vista que o aludido dispositivo legal prevê a espécie de repercussão somente quando se tratar de sentença absolutória em que se reconhece a inexistência do fato ou de sua autoria. Não é esse, todavia, o caso dos autos, que versa sobre sentença de improcedência de pretensão formulada em ação civil pública, com base na falta de prova de que o ex-servidor ELY REIS COSTA DA SILVA teria praticado os ilícitos a ele imputados pelo parquet na peça vestibular.

Assim, considerando o que estabelece a legislação disciplinar no tocante ao instituto revisional, constata-se, no caso em tela, que o pedido de revisão de ELY REIS COSTA DA SILVA não preenche os pressupostos de admissibilidade, já que o fato cronologicamente novo por ele invocado não possui o condão de mudar a decisão administrativa demissionária proferida em seu desfavor.

20. A falta dos requisitos autorizadores do processamento do pedido de revisão de processo administrativo disciplinar leva à desautorização da revisão, ou, em outras palavras, ao indeferimento do pedido. Essa é a conclusão a que se pode chegar a partir de uma interpretação contrária dos termos constantes do caput e do parágrafo único do art. 117 da Lei nº 8.112/90, que se encontram assim redigidos:

Art. 177. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do art. 149.

21. Dessa forma, o presente pedido deve ser indeferido, por faltar a presença de requisitos que justifiquem a revisão do processo administrativo disciplinar.

Destarte, considerando os elementos existentes nos autos, sugere-se que seja indeferido o pedido de processamento da presente revisão de processo administrativo disciplinar apresentado por ELY REIS COSTA DA SILVA, ex-servidor do INCRA, em face da ausência de elementos autorizadores do processamento do pleito.

Superior Tribunal de Justiça

58. Verifica-se que desde a apresentação do citado pedido de revisão em comento, devidamente apreciado pelo conforme PARECER Nº 145/2013/CGPCLC/CONJUR-MDA/AGU, não se tratava mais de uma questão inédita a temática da improcedência da ação civil pública susomencionada.

59. Com isso, resta evidenciado que em oportunidades pretéritas pretendeu o Impetrante, aduzindo os mesmos argumentos ora apresentados na ação mandamental, revisar a decisão administrativa original que aplicou a penalidade de demissão sem que, no entanto, lograsse êxito em demonstrar a legitimidade do seu pleito.

60. Logo, inexistiu ao longo do curso das inúmeras oportunidade administrativas em que o Impetrante manejou manifestações na seara administrativa com fito de revisar a Portaria MDA nº 38, de 28/05/2004, publicada no DOU de 31/05/2004, a qual veiculou sua demissão, qualquer vício que maculasse a atuação administrativa capaz de desafiar a interposição de ação mandamental.

61. Na esteira desta perspectiva, não se vislumbra que o Impetrante ostente direito líquido e certo a ser amparado pela via mandamental. É cediço que que o direito, para que possa ser examinado na estreita via do mandado de segurança, deve ser líquido e certo, isto é, decorrente de fato incontestável e inequívoco, suscetível de imediata demonstração mediante prova literal pré-constituída.

Nesse ponto, deve-se ainda ressaltar que os atos administrativos que negaram os pedidos pretéritos já não podem ser revistos, tendo em vista terem sido praticados há mais de cinco anos. Assim, não é possível a desconstituição pela própria Administrativa, tendo em vista o transcurso do prazo previsto no art. 54 da Lei n. 9784/99.

Por fim, deve-se levar em conta que não houve declaração judicial quanto à inexistência do fato ou de autoria, razão pela qual, tendo em vista a independência das instâncias, não há falar na desconstituição das sanções cominadas em sede de processo administrativo disciplinar.

No mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. REVISÃO DA PENALIDADE DE DEMISSÃO. DECADÊNCIA. COISA JULGADA. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS ADMINISTRATIVA, CÍVEL E CRIMINAL.

[...]

SENTENÇA PENAL ABSOLUTÓRIA POR FALTA DE PROVAS 11. O Tribunal de origem examinou o argumento da existência de decisão absolutória na Apelação Criminal 2000.0100030803-0 do TRF da 1ª Região, a fim de repercutir na revisão da penalidade administrativa empregada, matéria essa também acobertada pela coisa julgada.

12. A tese da repercussão da sentença penal no âmbito da apuração do processo disciplinar é flagrantemente contrária ao consolidado entendimento jurisprudencial do STJ, no sentido de que se deve observar a autonomia entre as instâncias administrativa, penal e cível, salvo no expresse reconhecimento da inexistência do fato ou da negativa de autoria.

13. No caso dos autos, a alegada decisão absolutória se realizou por falta de provas, não repercutindo de forma imediata na esfera do processo administrativo-disciplinar, uma vez que não se lastreou a Ação Penal na

Superior Tribunal de Justiça

inexistência do fato ou negativa de autoria.

14. Com efeito, consoante a pacífica orientação do STJ, não tendo sido constatada, no Juízo criminal, a inexistência do fato ou negada a autoria, as decisões proferidas na esfera criminal não têm influência na via administrativa. Nesse sentido: MS 18.860/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 29/11/2016; AgInt no AREsp 854.784/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 15/4/2016; STJ, MS 22.262/DF, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe de 19/4/2016; MS 22.258/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 2/3/2017; AgRg no MS 22.255/DF, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe 20/2/2017.

[...]

CONCLUSÃO 16. Diante do exposto, denego a segurança.

(MS 23.855/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 08/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. CONDUTAS DESCRITAS NO ARTIGO 116, IX, 117, IX, DA LEI 8.112/90. INTERMEDIÇÃO PARA LIBERAÇÃO IRREGULAR DE VEÍCULO. VIOLAÇÃO À DIGNIDADE DA FUNÇÃO PÚBLICA. PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO E DE RECONSIDERAÇÃO.

LIMITES. FATO NOVO. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ALEGAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NÃO COMPROVAÇÃO DE FATO NOVO.

AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1. Mandado de segurança contra ato do Ministro de Estado da Justiça que em sede de pedido de revisão, ratificou o ato de demissão do impetrante.

2. A impetrante sustenta violação a seu direito líquido e certo por ocorrência de "fato novo" consistente na declaração de prescrição da pretensão punitiva 3. Ausência de prova pré-constituída a respeito da influência desta decisão quanto às demais provas produzidas no Processo Administrativo Disciplinar. Independência de instâncias.

4. Para o fim de se abrir a possibilidade de revisão, circunstâncias hábeis a justificar a inocência ou a aplicação de penalidade menos severa precisam não haver sido apreciados no processo originário.

Arts. 174 e 176 da Lei 8.112/90. Precedentes.

5. Mandado de segurança denegado.

(MS 22.263/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/05/2017, DJe 17/05/2017).

Assim, ante tudo quanto exposto, DENEGO a SEGURANÇA.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator